

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

“FMI”, em cujos sons reverbera outra mais antiga, os “Vampiros” de Zeca Afonso: “eles comem tudo”.

Maria Irene Ramalho

Nota: A pedido da autora, esta entrada mantém a grafia anterior ao novo acordo ortográfico.

Poupança

A poupança corresponde ao rendimento que não é gasto de imediato em consumo e que será porventura utilizado no futuro. Assim sendo, a poupança depende diretamente dos níveis de rendimento e de despesa. A poupança das famílias e das empresas é um recurso fundamental para o desenvolvimento da economia nacional, ao ser canalizada para o investimento. Deste modo, a decisão de poupar significa abdicar de consumo no presente em nome do consumo no futuro.

Nas décadas de 1970 e 1980, a taxa de poupança das famílias portuguesas ultrapassava 20% do rendimento disponível. Na sequência da adesão à Comunidade Europeia, o rendimento aumentou, mas o consumo aumentou a um ritmo superior e o endividamento também progrediu rapidamente. O valor da poupança diminuiu significativamente, atingindo, em 2007, 7% do rendimento disponível. Com os primeiros sintomas de crise, a poupança registou um crescimento até meados de 2011, altura em que voltou a diminuir em consequência da contração do rendimento disponível. A capacidade de crescimento da poupança parece estar agora comprometida: a diminuição dos rendimentos e dos benefícios sociais, combinada com o agravamento dos impostos e dos preços de diversos bens e serviços impedem que se possa poupar mais, o que aumenta a vulnerabilidade financeira das famílias aos graves constrangimentos financeiros que lhes são impostos. Sem uma “almofada” financeira, rapidamente resvalam para o incumprimento das dívidas e a insolvência.

Por sua vez, as empresas também diminuíram a poupança e aumentaram a sua dependência do sistema bancário para se financiarem. Com o acesso ao crédito dificultado e com escassez de recursos próprios, a sua capacidade de investimento está bastante enfraquecida, o que prejudica a recuperação económica e a criação de emprego. Segundo o Banco de Portugal, existe uma enorme desigualdade na distribuição da poupança. Assim uma pequena percentagem das famílias, precisamente as que possuem rendimentos mais elevados, é responsável pela maioria da poupança gerada em Portugal. E são

as maiores empresas as que geram mais poupança para autofinanciamento, isto é, para investir na melhoria da sua capacidade produtiva e na expansão da sua atividade económica.

Catarina Frade

Precariedade

A noção de precariedade trará certamente, a qualquer um/a, a ideia de fragilidade, e é precisamente disso que se trata. Acentuado pela “crise internacional” (que tem sido essencialmente das economias ocidentais), o discurso do poder político neoliberal e do patronato conservador vem afirmando a necessidade de flexibilização da economia, de forma a aumentar a sua competitividade, por via da flexibilização do trabalho e do emprego.

Tal discurso esconde o facto de a dita flexibilização da economia ter acarretado uma progressiva precarização do trabalho e do emprego, em prol do lucro fácil. Nestes termos, a precariedade do trabalho remete para as condições do exercício da atividade, sendo mais precária a atividade pobre em conteúdo, sem interesse, desqualificada, rotineira, com pouca autonomia, mal paga e pouco reconhecida. Já a precariedade do emprego refletirá o grau de formalização contratual e estabilidade do exercício da atividade, sendo precário o emprego instável e inseguro, sem perspetivas futuras, económica e socialmente vulnerável. A progressiva união destas duas formas de precariedade, aliadas à ideologia individualizante, desvinculação de pertenças coletivas e desmantelamento do Estado Social, gera a efetiva precariedade social.

Assim, em nome do combate ao défice, à dívida e pelo aumento da competitividade, mas na verdade pelo lucro, cada vez mais a sociedade passa a servir a economia e não o contrário. No entanto, ao contrário do discurso dominante, tal não é uma inevitabilidade: a estruturação das relações de trabalho resulta da relação de forças entre capital e trabalho, em torno do Estado. Se atualmente tal relação tem beneficiado o capital, cujo poder sobre o Estado tem apoiado a precarização, a única alternativa é a resistência do trabalho. E essa resistência passa, necessariamente, pelo reforço da sua coesão interna e solidariedade coletiva, ou seja, pelo reforço e articulação do seu poder coletivo: dos sindicatos, associações e movimentos de trabalhadores.

Alfredo Campos